

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1987.

Prezado colega:

Em novembro deste ano a imprensa divulgou com bastante destaque o chamado Projeto-Calha Norte, um plano de ação governamental voltado para os objetivos do desenvolvimento e da segurança nacionais, destinado à região compreendida entre os rios Solimões e Amazonas e a fronteira norte do país. Elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela SEPLAN, contando com a participação de diversos ministérios (M.R.E., MINISTER, SG/CSN, Ministério do Exército, Marinha, Aeronáutica e Ministério da Fazenda), tal projeto foi elaborado no 2º semestre do ano anterior. A sua aprovação pela Presidência da República ocorreu em 19/12/85, quase um ano antes de sua divulgação pela imprensa, quando então uma parte apreciável dos recursos já estavam liberados para os órgãos executores e as ações básicas já estavam em processo de implementação.

Face à constatação da presença de mais de 50 novos indígenas na área abrangida pelo Projeto Calha Norte, a A.B.A./Associação Brasileira de Antropologia manifestou publicamente a sua preocupação quanto às repercussões que tal projeto teria sobre a vida e o destino daquelas populações.

Além de criticar a forma autoritária e sigilosa de sua elaboração e o ritmo acelerado em que estão sendo desenvolvidas tais atividades, a ABA tem indicado a necessidade de um debate mais amplo sobre o PCN, em que a proposta governamental ficasse melhor explicitada e fossem anali-

sadas cuidadosamente as repercussões daquelas medidas sobre as populações nativas. Nesta ocasião saberia ainda refletir sobre as intenções e finalidades básicas constantes do Projeto, indicando formas concretas de acompanhamento e avaliação dos seus impactos, bem como discutindo alternativas técnicas para execução das metas fixadas e avaliando os custos sociais implicados em cada uma dessas escolhas.

Tratando-se de programa governamental de grande porte envolvendo / importantes questões de natureza política, econômica, ideológica e social, o debate sobre o Projeto Calha Norte deve sensibilizar a múltiplos setores da Sociedade e do Estado, mobilizando as associações científicas, as lideranças políticas e o Poder Legislativo, diversos organismos públicos, várias entidades civis relacionadas a problemas ambientais e sócio-culturais, bem como à própria opinião pública em geral.

Dentro de sua esfera de competência e em objetos e temáticas que constituem sua especialidade, a ABA acredita que possa concorrer para tal debate trazendo à público informações mais precisas e análises técnicas mais elaboradas e sistemáticas. Situando-se neste espírito e visando fornecer subsídios a um debate social mais amplo, a Dra. Maria Manuela Ligetti Carneiro da Cunha, Presidente da ABA, encarregou-me da tarefa de organizar um dossiê, sobre o Projeto Calha Norte, onde os antropólogos que realizaram pesquisa / com grupos indígenas desta região pudessem apreciar as implicações do Projeto sobre a organização social e a cultura de povos que conheceram no exercício de suas atividades de investigação científica.

O dossiê seria composto por um conjunto de artigos, de 10-15 laudas, escritos por especialistas e estudiosos da etnologia da Amazônia, refletindo sobre o impacto (possível ou já atualizado) do Calha Norte sobre grupos indígenas específicos. Em uma introdução, sob minha responsabilidade, se

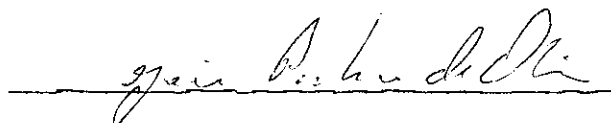
riam listados todos os povos e áreas indígenas existentes na região abrangida pelo PCN, indicando o volume demográfico, descrita e mapeada a situação jurídica das terras indígenas, bem como apresentados dados gerais sobre a implantação do Projeto.

A divulgação do dossiê deverá ocorrer em março, possivelmente em Brasília e no Congresso Nacional, devendo ser entregue diretamente as principais autoridades concernentes à questão.

Para a preparação desse dossiê estou solicitando a colaboração de todos os antropólogos que realizaram pesquisa com grupos indígenas na área de abrangência do PCN. É de fundamental importância alimentar a opinião pública e as forças políticas com informações rigorosas e uma avaliação crítica de um programa governamental que ameaça seriamente a sobrevivência dos povos indígenas na fronteira norte do país.

Contando com a sua imprescindível colaboração, coloco-me inteiramente à disposição para esclarecimentos e acertos posteriores nos telefones : (021) 248-1751 e 284-9642 (Museu Nacional) ou 521-3382 (residência).

Atenciosamente,



João Pacheco de Oliveira Filho

da Comissão de Políticas Públicas da ABA

Relação de Antropólogos contatados:

- . Alcida R. Ramos (U.N.B.) - Yanomami
- . Berta Ribeiro (Museu do Índio) - Alto Rio Negro
- . Bruce Albert (Universidade Paris X) - Yanomami
- . Bruna Franchetto (Museu Nacional) - Taurepang
- . Celina Maria Braga Moreira de Souza (Museu Nacional) - Waimiri-Atroari
- . Dominique Gallois (U.S.P.) - Waiãpi
- . Dominique Buchillet () - Tukano - Alto Rio Negro
- . Giovanni Saffirio (Missão Consolata) - Yanomami
- . João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional) - Ticuna - Alto Solimões
- . Katherine Howard (Chicago Un.) - Wai-wai
- . Lucia Hussak Van Welthen (M.P.E.G.) - Wayana-Apalaí
- . Marco Antonio Lazarin (UFGO) - Yanomami
- . Nadia Farage (UNICAMP) - Makuxi e Ingarikó
- . Paulo Santilli (UNESP) - Makuxi e Wapixana
- . Priscila Faulhaber Barbosa (M.P.E.G.) - Médio Solimões
- . Robin Wright (UNICAMP) - Alto Rio Negro
- . Renato Athias (OXFAM) - Alto Rio Negro
- . Stephen Baynes (U.N.B.) - Waimiri-Atroari